



MR 034. Religião, política e direitos humanos: reflexões sobre reprodução e sexualidades diante do avanço conservador

Coordenador(es):

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS/UFRRJ)

Participantes:

Marcelo Tavares Nactivity (Universidade Federal do Ceará)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS/UFRRJ)

Jacqueline Moraes Teixeira (USP)

Debatedor/a:

Rozeli Maria Porto (UFRN)

A cena pública atual tem sido marcada por disposições conservadoras, as quais têm colocado em risco alguns avanços no campo dos direitos humanos. As desigualdades se acentuam e uma tendência regressiva põe em xeque os direitos conquistados. Essas disposições se refletem em discursos em torno dos efeitos políticos que se forjam no debate sobre a autonomia reprodutiva das mulheres, bem como sobre os direitos da população LGBTQI+, e se articulam mediante o crescimento de uma onda conservadora com destaque a impositivos morais e religiosos. Tais enquadramentos colocam novos desafios aos direitos humanos em face da necessidade de reflexão sobre as disputas pela definição de categorias como “democracia”, “cidadania”, “laicidade”, “políticas públicas”, dentre outras, enquanto evidencia-se o crescimento das vulnerabilidades e precariedades que afetam populações historicamente alocadas nas margens do reconhecimento, insufladas por pânico morais e movimentos nacionais como é o caso do, “Escola sem partido”, ou mesmo, na circulação de movimentos transnacionais, como o “Não à ideologia de gênero”, dentre outros. A mesa pretende discutir o tema considerando a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos, a fim de problematizar as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos, relações e/ou conflitos entre movimentos sociais, Estado, grupos conservadores emergentes, evidenciando fluxos de poder, influências políticas, morais ou religiosas, bem como ações de resistência.

As audiências públicas sobre aborto no Senado (2015-2016): direitos humanos em debate

Autoria: Rozeli Maria Porto (UFRN)

Nos anos de 2015 e 2016, aconteceram 5 sessões na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal de uma audiência pública sobre aborto. Trata-se de audiência pública para instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo SUS. As sessões dessa audiência pública foram objeto de comentários na Câmara dos Deputados por parte de parlamentares militantes antiaborto. Tenho observado que a combatividade da luta pela legalização do aborto se transferiu para o Supremo Tribunal Federal desde 2004 com as ações de inconstitucionalidade e de descumprimento de direito fundamental. Surge uma proposta de legalização que tem autoria de fora do legislativo por iniciativa popular, submetida ainda durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (PT), quando a onda conservadora estava em ascensão.

As audiências públicas sobre aborto no Senado (2015-2016): direitos humanos em debate

Autoria: Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS/UFRRJ)



Em 2015 e 2016, aconteceram cinco sessões na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado de uma audiência pública sobre aborto. O objetivo era instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das 12 primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde. As sessões dessa audiência pública foram comentadas por parlamentares militantes antiaborto na Câmara dos Deputados. Tal sugestão legislativa surge após a comoção pela morte por aborto clandestino de Jandira Souza em 2014, no Rio de Janeiro. A análise dessa audiência pública vai situar socialmente os/as expositores/as convidados/as. Pretende-se identificar o tipo de argumentos acionados (religiosos/filosóficos, legais, científicos) e analisar os discursos em termos dos sistemas de valores. Hipótese é que valores religiosos estejam subjacentes e agentes religiosos engajados.

Os Direitos Humanos e a visão da goiabeira: algumas reflexões sobre a política nacional para os direitos humanos durante o governo Bolsonaro

Autoria: Jacqueline Moraes Teixeira (USP)

Antes de assumir a posição de ministra do governo, Damares Alves ficou conhecida por um vídeo na qual narrava uma experiência vivida no alto de uma goiabeira. Damares é a primeira ministra desde a fundação do Ministério, em 1998, a declarar sua identidade religiosa como justificativa para seu engajamento político. Esta apresentação pretende elucidar alguns dos sentidos dos direitos humanos no Estado Brasileiro no âmbito do poder executivo, pensando os processos que permitem em janeiro de 2019 a constituição do Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanos (MFDH). O objetivo consiste em pensar como a ação de sujeitos religiosos que passam a atuar na produção de políticas públicas a partir da gestão de secretarias e comissões centrais do poder executivo estabelece um exercício de tradução de ações religiosas que precisam buscar o reconhecimento público como ações humanitárias

Religião, ativismos e política pública: inacabamentos, desmontes e resistências

Autoria: Marcelo Tavares Natividade (Universidade Federal do Ceará)

[22:43, 06/03/2020] Marcelo: A comunicação apresenta resultado de pesquisa que se volta ao monitoramento de retrocessos no campo dos direitos civis e cidadania das minorias, em especial envolvendo comunidades tradicionais, as diversidades sexuais e de gênero no atual cenário político. O avanço de posturas francamente hostis às populações socialmente mais vulneráveis acende um sinal de alerta aos pesquisadores, agentes do campo da política pública e do ativismo, no sentido de mapear as dinâmicas implicadas em violação dos direitos humanos e crescimento de violências e intolerâncias, incluindo o obstrução do acesso a serviços e políticas sociais a essas populações. Também apresentará a perspectiva de resistências locais e outras alternativas ao reforço da solidariedade social e da proposição de alternativas no campo da arte e da cultura e dos ditos ativismos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: